

CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DO ANEXO VI DA NR-16

Item 1. O conceito de "exposição permanente a risco acentuado" encerra os seguintes aspectos que podem comprometer seu correto entendimento:

- O termo "exposição permanente" é muito vago e pode ser confundido com o de habitualidade. Mesmo que não o seja, ainda carece de interpretação? "Permanente" significa exposição por toda a jornada de trabalho e em todas as jornadas (exposição todo o tempo e o tempo todo?).

- O termo "risco acentuado" não parece ser o mais adequado para a análise do perigo/risco relacionado à eletricidade. A avaliação da gravidade do risco esta associada à forma e intensidade da exposição, a comparação destes aspectos a limites de tolerância estabelecidos e a possibilidade de danos decorrentes. Ora, no trabalho com eletricidade, uma única exposição ao agente "eletricidade", independentemente de sua intensidade, pode levar o ser humano ao óbito e, sendo assim, a princípio o risco será sempre "acentuado". Ou seja, fica difícil atribuir graduação ao risco e ao fazê-lo o critério utilizado será totalmente subjetivo.

Ainda neste mesmo item, o conceito "que o elimine", relacionado ao "risco acentuado" não parece ser factível, ao menos no desenvolvimento de trabalhos executados no SEP e considerando o acepção do verbo "eliminar": *tornar a ocorrência do fato impossível.*



A alínea "a" do item 1 atribui o direito ao adicional de periculosidade a trabalhos "sob tensão elétrica ou com possibilidade de energização acidental". A ser mantido o termo, nos parece irá ensejar o direito ao adicional a todo e qualquer trabalhador, na medida em que não está definida tensão a partir da qual o adicional seja devido, tão pouco se pode garantir por completo no SEP a impossibilidade de energização acidental, infelizmente causa de boa parte dos acidentes registrados. Aqui não nos parece haver uma contradição técnica e, portanto, limitamos-nos a emitir nossa visão sobre a abrangência do direito que, a permanecer a alínea, abarcará todos os trabalhadores que executem atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos.

Na alínea "b" do mesmo item tem-se a frase "realização de atividades ou operações diretas ou indiretas realizadas na zona controlada" o que pressupõe a intenção do legislador em incluir trabalhadores que embora não executem atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos têm que estar na zona controlada para a realização de seu trabalho.

Este seria o caso típico de trabalhadores de empresas de telefonia e TV a cabo. Não obstante, partindo-se do pressuposto de que a alínea tem relação direta com o item a que se subordina, os mesmo não seriam abarcados na medida em que não realizam "atividades ou operações em instalações e equipamentos elétricos". Ou seja, se a intenção foi a de incluir os trabalhadores destes setores, há que se reformular a redação.



Ainda no item 1, a alínea "c" traz o termo "ingresso e permanência habitual em área de risco elétrico". Neste sentido, em nada contribui para dirimir as dúvidas na interpretação da "habitualidade e permanência" que já existiam anteriormente. Somando-se a isto, a definição de "área de risco" fica muito vaga sem parâmetros como os que traziam o Quadro de Atividades / Área de Risco, anexo do Decreto Nº 93.412, de 14.10.1986.

Item 2. Há neste item um termo que nos parece vago ("normais") e que dá margem a diversas interpretações. Partindo-se do pressuposto de que a intenção é a de deixar claro que ligar ou desligar equipamentos ou dispositivos elétricos em baixa tensão, que foram concebidos de tal forma a assegurar operação de baixíssimo risco ao usuário, tais como interruptores de equipamentos, disjuntores, etc., a incidência do adicional não se aplica, melhor seria utilizar o termo previsto na NR-10 para caracterizar a possibilidade de operação segura por "pessoas não advertidas". Ou seja, nossa proposta vai na seguinte linha:

"2 - As atividades ou operações elementares como ligar e desligar circuitos elétricos, realizadas em equipamentos ou dispositivos elétricos alimentados em baixa tensão concebidos, projetados, construídos e montados para manobras, comandos, controles ou operações realizadas por pessoas não advertidas, mantidos em perfeito estado, não se enquadram na condição de periculosidade."

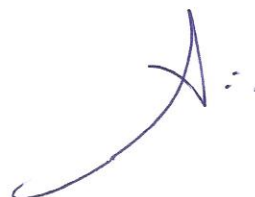
Item 3. A descaracterização da periculosidade no SEP pela liberação para o trabalho em equipamentos e instalações elétricas segundo o que estabelece o



item 10.5.1 da NR-10 não nos parece descaracterizar a periculosidade por razões diversas, a saber:

- uma falha no procedimento pode determinar situação de grande perigo cujas consequências são imprevisíveis;
- o próprio aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos não garante que todo o escoamento de corrente elétrica accidental se dirija para o solo. Ou seja, há possibilidade de residual da corrente atingir o trabalhador e, portanto, tecnicamente não nos parece adequada a não caracterização da periculosidade neste caso.

Item 4. A permanecer como esta, o item não prevê a percepção do adicional por parte de trabalhadores que, embora não atuando no SEP, compartilham as suas estruturas e atuam em zona controlada. Este é o caso dos trabalhadores de empresas de telefonia e TV a cabo que, de acordo com nossas considerações no item 1, não se enquadrariam também no mesmo. Além deles, os trabalhadores do SEP que, por exemplo, instalam e fazem manutenções em relés em subestações, área que apresenta risco de acidente intrínseco a sua concepção, também não estariam contemplados com o adicional de periculosidade.



CONCLUSÃO E PROPOSTA

Pelo exposto, parece evidente que o texto traz mais dúvidas e incertezas do que os critérios anteriormente previstos no Decreto Nº 93.412, de 14.10.1986. Assim, a ser mantido como está teremos interpretações diversas com os que se julgarem prejudicados procurando os seus direitos junto à Justiça e, portanto, demandando esforço que pode ser evitado com a construção de texto tecnicamente mais adequado.

Por conseguinte, nossa proposta é que o Anexo IV seja abandonado e que as discussões tomem como base o Quadro de Atividades / Área de Risco, anexo do Decreto Nº 93.412, de 14.10.1986. A partir dele, as melhorias que todos esperamos sobre este tema polêmico poderão se verificar de forma mais eficaz.



Anabella Araújo
Diretora Executiva
SindiEnergia

